Demonstrações Financeiras
Conglomerado Prudencial - China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A 31 de dezembro de 2019

Sumário

Relatório da Administração

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("CCB Brasil" ou "Banco") submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ambiente Econômico

O ano de 2019 apresentou crescimento baixo da economia brasileira novamente. Dessa vez, as explicações vêm em parte das expectativas muito otimistas com o governo e, de outra parte, pelo crescimento mundial muito fraco, especialmente pelos desdobramentos da guerra comercial entre EUA e China e a crise argentina.

De fato, o crescimento mundial ficou abaixo de 3%, com alguns países importantes como a Alemanha em recessão. Os atritos entre China e EUA foram o foco de atenção durante todo 2019, mas com um acordo preliminar sendo feito no final do ano.

No caso brasileiro, em que pese o fraco crescimento, o ano passado foi de evolução em reformas importantes, especialmente na previdência. O governo deu sequência a algumas concessões e privatizações, aprovou a MP da Liberdade Econômica e colocou em funcionamento o cadastro positivo.

O destaque do ano passado foi, novamente, o varejo, com as vendas de automóveis em crescimento e o mercado imobiliário dando os primeiros passos de retomada com a queda histórica da Selic para 4,5% ao final do ano. Essa queda de juros não afetou a inflação, se mantendo baixa durante praticamente todo o ano.

No geral, a economia brasileira manteve o ritmo de recuperação que vinha tendo desde 2016, com sinais de que terá condições de crescer mais nos próximos anos.

Resultado do Exercício Consolidado

O ano de 2019 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do segundo semestre de 2019, as operações de crédito alcançaram R\$ 10.581,24 milhões, acréscimo de 15,9% na comparação com o ano precedente. A parcela dos créditos classificados com rating AA - C, (faixa dos créditos de menor risco), manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior representando 95,0% do total da carteira (92,7% em 2018).

Do lado dos passivos, observamos uma redução de 14,2% da captação em reais em doze meses. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 3.160,34 milhões, aumento de 8,1% ante o ano anterior. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 1.386,90 milhões, crescimento de 16,5% na comparação com o ano precedente.

Em 31 de dezembro de 2019, a Matriz representava 45,1% (54,9% em 2018) da captação total, cerca de R\$ 11.575,72 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido sua Subsidiária com *funding* adequado, tanto em volumes, quanto em preços.

Ao término do exercício de 2019, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.590,99 milhões e o índice de Basileia era de 14,9%.

O resultado bruto da intermediação financeira no período de 2019 alcançou R\$ 361,67 milhões, desempenho favorável ante o resultado obtido em igual período de 2018, R\$ 180,90 milhões.

No exercício de 2019, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior, somaram R\$ 324,98 milhões, incremento de 1,4% na comparação com igual período de 2018.

O prejuízo líquido do exercício foi de R\$ 4,70 milhões (2018 – prejuízo R\$ 190,64 milhões).

Recursos Humanos e Pontos de Atendimentos

O Banco encerrou o ano de 2019 com 368 funcionários e nove pontos de atendimento.

Circular nº 3.068/01 BACEN

Em função do recente processo de reestruturação dos negócios do Banco onde, dentre outros resultados, espera-se o crescimento dos ativos de crédito, bem como a proximidade do vencimento de dívidas subordinadas, em junho de 2019 o Banco reclassificou títulos mantidos até o vencimento no montante de R\$ 1.813,50 milhões para a categoria disponível para venda e, posteriormente no segundo semestre realizou a venda desses títulos registrando lucro de R\$ 171,41 milhões.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 30 de junho 2020).

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA –Semestre e Exercício Encerrados em 31 de dezembro de 2019

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é instituído em atendimento à Resolução 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto do banco. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas: (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O Comitê analisou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2019, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PwC os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os principais assuntos de auditoria também foram discutidos com a PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos, e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Reemissão das demonstrações consolidadas referentes ao Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras relativas ao conglomerado prudencial, determinadas pela Resolução CMN nº 4.280/13 e Circular 3.701/14 do BACEN, em 31 de dezembro de 2019, foram reemitidas. Foi procedido reparo de erro identificado, conforme notas explicativas 2b e 2c daquele conjunto de demonstrações. Os auditores independentes reemitiram seu relatório, datado de 30/06/2020, o qual permanece sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria, no âmbito de suas atribuições, e considerando o relatório dos auditores independentes, entende que a determinação quanto à reemissão das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foi atendida e as mesmas estão em condições de serem aprovadas e divulgadas.

São Paulo, 30 de junho de 2020

Comitê de Auditoria

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Reemissão das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para as notas explicativas 2(b) e (c) às demonstrações financeiras, que descrevem a atualização e reapresentação das demonstrações financeiras devido a correção de erros decorrentes da classificação incorreta de despesa com contribuição social diferida passiva sobre *hedge accounting* no patrimônio líquido e da revisão da nota explicativa 25(a) para refletir adequadamente os valores anuais estimados de realização dos créditos tributários ativados para os próximos dez anos. Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 24 de março de 2020, sem ressalvas, sobre as demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita nas notas explicativas 2(b) e (c), fornecemos este novo relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras reemitidas. Nossa opinião continua sendo sem ressalvas.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 24 de marco de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução n^{o} 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 30 de junho de 2020

Pricewater losse Coopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/0-5

Mel ssa Tuken Wisnik Contadora CRC 1SP221490/O-0

Balanços Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

		2040	2040
ATIMA	<u>Nota</u>	2019	2018
ATIVO			
Circulante		10.735.870	7.818.228
Disponibilidades	4a.	93.818	40.427
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		498.446	2.830.360
Aplicações no mercado aberto	4b.	229.999	2.654.995
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	5.449	4.494
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	262.998	170.871
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		3.807.983	229.554
Carteira própria	5b.	617.130	59.464
Vinculados a operações compromissadas	5b.	2.764.911	101.265
Vinculados a prestação de garantias	5b.	37.985	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.	387.957	68.825
Relações Interfinanceiras	_	4.770	6.517
Depósitos no Banco Central		4.770	6.517
Operações de Crédito	_	4.546.151	3.273.984
Operações de crédito		4.685.698	3.457.018
Setor privado	7.	4.685.698	3.457.018
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(139.547)	(183.034)
Operações de Arrendamento Mercantil		(3.100)	(5.165)
Arrendamentos a receber - setor privado		28.047	14.573
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(28.047)	(14.573)
Provisão para créditos de arrendamento			
mercantil de liquidação duvidosa	8.	(3.100)	(5.165)
Outros Créditos		1.762.178	1.417.927
Avais e fianças honrados		16.789	1.026
Carteira de câmbio	9.	1.506.955	1.151.415
Rendas a receber		16.398	10.778
Negociação e intermediação de valores		6.156	5.218
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	25a.	85.972	136.925
Diversos	10.	276.406	212.781
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(146.498)	(100.216)
Outros Valores e Bens		25.624	24.624
Despesas antecipadas		25.624	24.624

Balanços Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro

(Em milhares de reais) (continuação)

ATIMO	<u>Nota</u>	2019	2018
ATIVO			
Realizável a Longo Prazo		7.581.855	15.692.745
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	909
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	-	909
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		1.418.521	9.424.165
Carteira própria	5b.	513.220	1.879.167
Vinculados a operações compromissadas	5b.	866.071	7.077.524
Vinculados a prestação de garantias	5b.	2.062	90.797
Instrumentos financeiros derivativos	6.	37.168	376.677
Operações de Crédito		3.778.625	4.093.833
Operações de crédito	7.	4.029.328	4.330.881
Setor privado		4.029.328	4.330.881
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(250.703)	(237.048)
Operações de Arrendamento Mercantil		(4.320)	(6.876)
Arrendamentos a receber - setor privado		39.086	19.400
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(39.086)	(19.400)
Provisão para créditos de arrendamento		` ,	` ,
mercantil de liquidação duvidosa	8.	(4.320)	(6.876)
Outros Créditos		2.152.860 [°]	1.923.514
Rendas a receber		14	1.950
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	25a.	1.232.353	997.778
Crédito presumido - Lei 12.838/2013	25b.	380.662	380.662
Diversos	10.	547.386	550.719
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(7.555)	(7.595)
Outros Valores e Bens		236.169	257.200
Outros valores e bens	11.	392.699	410.272
Despesas antecipadas		852	9.987
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	11.	(157.382)	(163.059)
Permanente		150.217	135.187
Investimentos		3.133	3.093
Participações em controladas - no país		2.488	2.448
Outros investimentos		1.135	1.135
Provisão para perdas em investimentos		(490)	(490)
Imobilizado de Uso	12a.	33.349	42.739
Imóveis de uso		88.900	85.629
Outras imobilizações de uso		28.791	31.640
Depreciações acumuladas		(84.342)	(74.530)
Imobilizado de Arrendamento		106.460	70.461
Bens arrendados		131.382	92.216
Superveniência de depreciação		11.929	19.173
Depreciações acumuladas		(36.851)	(40.928)
Intangivel	12b.	7.275	18.894
Ativos intangiveis		128.258	126.562
Amortização acumulada		(120.983)	(107.668)
Total do Ativo		18.467.942	23.646.160

Balanços Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)	<u>Nota</u>	2019	(continu 2018
ASSIVO			
irculante	_	13.609.255	18.258.851
epósitos	15.	2.819.894	2.829.248
Depósitos à vista		86.583	84.318
Depósitos de poupança		2.977	3.241
Depósitos interfinanceiros		322.456	105.937
Depósitos a prazo		2.407.878	2.635.752
aptações no Mercado Aberto	16a.	3.603.526	6.835.034
Carteira própria	104.	3.603.526	6.640.839
Carteira de terceiros		3.003.320	194.195
ecursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.025.173	744.609
Recursos de letras emitidas	16b.	1.025.173	744.609
Letras de crédito imobiliário	100	21.279	41.943
		576.753	562.419
Letras de crédito de agronegócio			140.247
Letras financeiras		427.141	
elações Interdependências	-	66.006 ee ooe	31.184
Recursos em trânsito de terceiros	47	66.006	31.184
brigações por Empréstimos	17.	4.479.926	6.659.258
Empréstimos no exterior		4.479.926	6.659.258
brigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.	201.777	128.887
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		198.614	124.696
Ministério das Cidades		3.163	4.191
brigações por Repasses do Exterior	17.	46.350	22.688
strumentos Financeiros Derivativos	6.	6.832	14.730
Instrumentos financeiros derivativos		6.832	14.730
Outras Obrigações	_	1.359.771	993.213
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3.363	392
Carteira de câmbio	9.	17.768	43.996
Sociais e estatutárias		27.354	19.416
Fiscais e previdenciárias	19.	79.745	249.186
Negociação e intermediação de valores		6.957	5.245
Divida subordinada	22a.	1.110.499	505.870
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	22b.		7.052
Diversas	20.	114.085	162.056
xigível a Longo Prazo	-	3.247.098	3.773.353
epósitos	15.	770.239	314.834
Depósitos interfinanceiros		17.772	27.678
Depósitos a prazo		752.467	287.156
aptações no Mercado Aberto	16a.	-	193.868
Carteira de terceiros	_	-	193.868
ecursos de Aceites e Emissão de Títulos		361.732	446.129
Recursos de letras emitidas	16b	361.732	446.129
Letras de crédito imobiliário	-	703	2.839
Letras de crédito de agronegócio		33.545	41.604
Letras financeiras		327.484	401.686
brigações por Empréstimos	17.	47.780	84.334
Empréstimos no exterior		47.780	84.334
brigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.	22.198	4.883
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ	10	22.198	4.883
brigações por Repasses do Exterior	17.	-	44.226
origações por Repasses do Exterior strumentos Financeiros Derivativos	- 17. 6.	8.058	7.233
Instrumentos Financeiros Derivativos	· -	8.058	7.233
			2.677.846
utras Obrigações	40	2.037.091	
Fiscais e previdenciárias	19.	322.014	77.804
Divida subordinada	22a.	-	1.049.173
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	22b.	692.555	658.716
Diversas	20.	1.022.522	892.153

Balanços Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro

(Em minares de reais)			(continuação)
	<u>Nota</u>	2019	2018
PASSIVO			
Resultados de Exercícios Futuros	23.	20.600	16.310
Patrimônio Líquido	24.	1.590.989	1.597.646
Capital Social De domiciliados no país Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial Prejuízos acumulados (-) Ações em tesouraria		2.956.864 2.956.864 899 266 (1.311.935) (55.105)	2.956.864 2.956.864 899 2.220 (1.307.232) (55.105)
Total do Passivo	=	18.467.942	23.646.160

Demonstrações consolidadas do resultado Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

		Reapresentado			
		2° semestre			
	Nota	2019	2019	2018	
Receitas da Intermediação Financeira		1.218.783	1.854.367	2.775.543	
Operações de crédito	26a.	563.085	892.506	1.423.611	
Operações de arrendamento mercantil		3.010	5.433	4.282	
Resultado de títulos e valores mobiliários	26b.	436.552	740.267	832.191	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	26c.	78.325	58.570	228.910	
Resultado de câmbio	26d.	136.564	154.050	203.778	
Resultado de aplicações compulsórias		3	5	39	
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		1.244	3.536	82.732	
Despesas da Intermediação Financeira		(1.012.468)	(1.492.700)	(2.594.638)	
Captação no mercado	26e.	(435.066)	(799.886)	(954.609)	
Empréstimos, cessões e repasses	26f.	(403.343)	(479.884)	(1.250.542)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.	(174.059)	(212.930)	(389.487)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		206.315	361.667	180.905	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(215.463)	(481.370)	(213.314)	
Receitas de prestação de serviços		18.545	35.256	45.463	
Rendas de tarifas bancarias		1.233	1.668	2.543	
Despesas de pessoal	26i.	(89.010)	(200.597)	(182.134)	
Despesas tributárias	26k.	(15.437)	(27.738)	(23.889)	
Resultado de participações em controladas		(352)	(852)	(1.337)	
Outras despesas administrativas	26j.	(61.542)	(124.384)	(138.372)	
Outras receitas operacionais	26g.	112.380	169.994	408.613	
Outras despesas operacionais	26h.	(181.280)	(334.717)	(324.201)	
Resultado Operacional		(9.148)	(119.703)	(32.409)	
Resultado não operacional	261.	1.661	6.393	(27.324)	
Resultado Antes da Tributação		(7.487)	(113.310)	(59.733)	
Imposto de renda	25d.	(5.872)	(15.989)	(79.415)	
Contribuição social	25d.	(52.941)	(59.024)	(46.074)	
Ativo fiscal diferido	25d.	160.244	183.621	(5.422)	
				, ,	
Lucro/(Prejuízo) Líquido do período		93.944	(4.702)	(190.644)	

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

			Reservas de capital			
	Capital social	Ações em Tesouraria	Ágio na subscrição de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 Ajustes de avaliação patrimonial Prejuízo do exercício	2,956,864	(55,105) -	899	2,682 (462)	(1,116,588) - (190,644)	1,788,752 (462) (190,644)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2,956,864	(55,105)	899	2,220	(1,307,232)	1,597,646
Mutações do exercício	<u> </u>			(462)	(190,644)	(191,106)
Reapresentado						
Saldos em 01 de janeiro de 2019 Ajustes de avaliação patrimonial Lucro líquido do exercício Saldos em 31 de dezembro de 2019	2,956,864	(55,105) - - - (55,105)	899 - - - 899	2,220 (1,954) - - 266	(1,307,233) - - - - - (4,702) (1,311,935)	1,597,645 (1,954) (4,702) 1,590,989
Mutações do exercício	-			(1,954)	(4,702)	(6,656)
Reapresentado						
Saldos em 01 de julho de 2019 Aiuste de exercícios anteriores	2,956,864	(55,105)	899	103,014	(1,405,879)	1,599,793
Ajustes de avaliação patrimonial Lucro líquido do semestre				(102,748)	- 93,944	(102,748) 93,944
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2,956,864	(55,105)	899	266	(1,311,935)	1,590,989
Mutações do semestre				(102,748)	93,944	(8,804)

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa (método indireto) Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	20.5		
	2° Semestre 2019	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	02.044	(4.702)	// (10 CA)
(Prejuízo)/Lucro do período Ajustes ao Resultado	93.944 (41.182)	<u>(4.702)</u> 27.703	(190.644) 202.628
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	174.059	212.930	389.487
Depreciações e amortizações	6.390	12.953	13.610
Provisão outras	(3.031)	(5.677)	20.265
Provisão para contingências e fianças prestadas	22.494	83.774	50.583
Provisão para empréstimos vinculados (nota 26g)	(36.080)	(50.902)	(246.345)
Crédito tributário	(112.973)	(120.139)	132.483
Resultado de participações em controladas	352	852	1.337
Aquisição de bens não de uso próprio contratos em prejuízo	(430)	(1.203)	(30.088)
(Ganho)/perda na venda de imobilizado Perda na venda bens não de uso	(2) 1.895	7 395	(1.304) 6.058
Perda na venda de intangível	1.033	333	32
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(95.554)	(123.050)	(142.368)
Amortização de ágio de investimento	5.259	10.519	10.519
(Superveniência)/insuficiência de depreciação	(3.561)	7.244	(1.641)
Lucro / Prejuízo Ajustado	52.762	23.001	11.984
(Aumento)/redução em aplicações inferfinanceiras de liquidez	(15)	(46)	152
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instr.fin.deriv.	4.530.767	4.418.189	(988.328)
Redução em relações interfinanceiras e interdependencias	42.556	36.569	40.602
(Aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(1.921.234)	(1.514.254)	(2.537.409)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	(199.771)	(480.744)	530.862
Aumento/(redução) em depósitos	921.132	446.052	(31.619)
Aumento/(redução) captações no mercado aberto	(2.879.180)	(3.425.376)	3.890.086
Aumento/(redução) em recursos de emissão de títulos	(205.302)	141.101	839.192
Aumento/(redução) em outras obrigações	(439.516)	29.618	(1.089.590)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.702)	(4.799)	(29.267)
Pagamento de juros Pagamento de contingencias	(194.926) (17.582)	(370.811) (32.471)	(188.785) (3.101)
Recebimento de juros	119.747	427.650	810.231
Aumento/(redução) em resultado de exercicios futuros	8.511	4.678	(9.824)
Caixa Liquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades Operacionais	(184.753)	(301.643)	1.245.186
Flore de Calve des Millades de locasita auto			
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos Alienação de bens não de uso	12.622	32.052	52.458
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	10.920	19.954	29.626
Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	(46.929)	(63.973)	(32.631)
Aplicação no intangível	(720)	(1.696)	(2.349)
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades de Investimentos	(24.107)	(13.663)	47.104
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Aumento em obrigações p/empréstimos e repasses	9.961.290	17.811.752	18.857.942
Aumento em dívidas subordinadas	(348.091)	(298.465)	227.064
Aumento em instrumento de divida elegíveis a capital	60.482	` 77.765 [°]	109.353
Pagamento de empréstimos	(10.368.345)	(19.678.274)	(18.099.775)
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades de Financiamentos	(694.664)	(2.087.222)	1.094.584
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(903.524)	(2.402.528)	2.386.874
Saldo inicial de caixa e equivalentes	1.394.785	2.866.293	337.051
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	95.554	123.050	142.368
Saldo final de caixa e equivalentes	586.815	586.815	2.866.293
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(903.524)	(2.402.528)	2.386.874

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., ("Companhia", "Instituição", "Múltiplo", "CCB Brasil" ou "Banco") constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

2. APRESENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A foram elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14 do BACEN, e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o CCB Brasil, na elaboração das suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 27 Ativo Imobilizado Resolução CMN nº 4.535/16
- b) CPC (R1) Pronunciamento Conceitual Básico Resolução CMN nº 4.144/12;
- c) CPC 01 (R1) Redução ao valor recuperável de ativos Resolução CMN nº 3.566/08;
- d) CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras Resolução CMN nº 4.524/16;
- e) CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa Resolução CMN nº 3.604/08;
- f) CPC 04 (R1) Ativo Intangível Resolução CMN nº 4.534/16;
- g) CPC 05 (R1) Divulgação sobre partes relacionadas Resolução CMN nº 3.750/09;
- h) CPC 10 (R1) Pagamento baseado em ações Resolução CMN nº 3.989/11;
- i) CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro Resolução CMN nº 4.007/11;
- j) CPC 24 Evento Subsequente Resolução CMN nº 3.973/11;
- k) CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes Resolução CMN nº 3.823/09, e
- I) CPC 33 (R1) Benefícios a empregados Resolução CMN nº 4.424/15.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelos membros do Conselho de Administração em 30 de junho de 2020.

b) Reapresentação das demonstrações financeiras do Consolidado Prudencial

Após a emissão das demonstrações financeiras originais do Consolidado Prudencial, em 24 de março de 2020, referentes a data base 31 de dezembro de 2019, a Administração identificou a necessidade de correção de erro decorrente de classifição incorreta na rubrica de "Ajustes de Exercícios Anteriores" relativa a despesa com contribuição social diferida passiva sobre hedge accounting no patrimônio líquido no montante de R\$ 5.637. A referida despesa de contribuição social diferida passiva foi reclassificada para a rubrica de "Contribuição Social" na demonstração do resultado do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

A referida reclassificação não gerou impactos no total de ativos, total de passivos, patrimônio líquido e nos totais dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos do Consolidado Prudencial.

Dessa forma, as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Segue abaixo, um resumo do referido ajuste de reclassificação:

b.1) Demonstração do Resultado - semestre e exercício findos em 31 de dezembro

O referido ajuste de reclassificação de R\$ 5.637 foi efetuado em contrapartida a rubrica "Despesa de Contribuição Social", conforme apresentado abaixo.

	2° semestre 20	119		2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	206.315		206.315	361.667_		361.667
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(215.463)		(215.463)	(481.370)		(481.370)
Resultado Operacional	(9.148)		(9.148)	(119.703)		(119.703)
Resultado não operacional	1.661		1.661	6.393		
Resultado Antes da Tributação	(7.487)		(7.487)	(113.310)		(113.310)
Imposto de renda	(5.872)		(5.872)	(15.989)		(15.989)
Contribuição social	(47.304)	(5.637)	(52.941)	(53.387)	(5.637)	(59.024)
Ativo fiscal diferido	160.244		160.244	183.621		183.621
Lucro/(Prejuízo) Líquido do período	99.581	(5.637)	93.944	935_	(5.637)	(4.702)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Demonstração das mutações do patrimônio líquido – semestre e exercícios findos em 31 de dezembro

		Original		R	eapresentado	
		Prejuízo			Prejuízo	
	Outras(*)	<u>acumulado</u>	Total	Outras(*)	acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.904.878	(1.307.233)	1.597.645	2.904.878	(1.307.233)	1.597.645
Ajuste de exercícios anteriores	-	(5.637)	(5.637)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.954)	-	(1.954)	(1.954)	-	(1.954)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	935	935	_	(4.702)	(4.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.902.924	(1.311.935)	1.590.989	2.902.924	(1.311.935)	1.590.989
Mutações do exercício	(1.954)	(4.702)	(6.656)	(1.954)	(4.702)	(6.656)
Saldos em 01 de julho de 2019	3.005.672	(1.405.879)	1.599.793	3.005.672	(1.405.879)	1.599.793
Ajuste de exercícios anteriores	-	(5.637)	(5.637)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(102.748)	-	(102.748)	(102.748)	-	(102.748)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		99.581	99.581		93.944	93.944
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.902.924	(1.311.935)	1.590.989	2.902.924	(1.311.935)	1.590.989
Mutações do semestre	(102.748)	93.944	(8.804)	(102.748)	93.944	(8.804)

^(*)Outras contempla os saldos de capital social, ações em tesouraria, reservas de capital e ajuste de avaliação patrimonial.

c) Reapresentação de nota explicativa

Adicionalmente foi efetuada a revisão da nota explicativa 25 a) Crédito Tributário - Realização de créditos tributários, de forma a refletir adequadamente os valores anuais estimados para os próximos dez anos da respectiva realização dos créditos tributários ativados do Conglomerado Prundencial, em consonância com os estudos elaborados pela Administração e 25 d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social de forma a refletir a ajuste da reclassificação da despesa com contribuição social diferida passiva conforme divulgado no item b.1) acima.

d) Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado no artigo 1º da Resolução CMN nº 4.280/13, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A, incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior e as empresas controladas direta ou indiretamente. Assim, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A era composto pelo Banco e empresas controladas:

Participação	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16, é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registados em contrapartida ao resultado do período.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- Títulos para negociação títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento títulos e valores mobiliários, em que a
 Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em
 carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos
 rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Para a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 7d – Composição da carteira por níveis de risco.

As rendas das operações de crédito que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

e.5) Outros valores e bens - Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, consequentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

e.6) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f) Arrendamentos a receber e valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações — Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil.

A superveniência/insuficiência de depreciação, constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela circular do BACEN nº 1.429/89, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil. De acordo com a circular, o valor contábil dos contratos é dado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamento a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso e credores por antecipação de valor residual. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de superveniência/insuficiência no permanente e objetivam adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Permanente

- **g.1)** Os investimentos das controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.
- g.2) Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da Instituição por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento e o valor da estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos na data de aquisição do ativo. A depreciação, reconhecida mensalmente, de forma linear, com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.
- **g.3)** Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, a administração efetua teste de valor recuperável dos seus ativos anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

g.4) O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelo valor de custo, amortizados mensalmente ao longo da vida útil estimada do ativo, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.534/16.

h) Passivo

h.1) Empréstimos no exterior vinculados a operações de crédito (Resolução CMN nº 2.921/02)

São registradas pelo valor da captação, acrescido dos encargos apropriados até a data do balanço, ajustados pela estimativa de perda de crédito dos ativos vinculados através de conta retificadora do passivo em contrapartida ao resultado do período, visando refletir a melhor estimativa do valor de desembolso ao investidor.

h.2) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até fevereiro de 2020, conforme a lei nº 13.169/15 e, a partir de março de 2020, 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103/19. O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 31 de dezembro de 2019 foi calculado pela aplicação da alíquota de 20% da contribuição social, considerando que a realização ou liquidação se dará na vigência da nova alíquota.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações — Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais realizáveis em até 10 anos estão registrados em "Outros Créditos — Diversos".

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 21a). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;

Provisões: são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 21);

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

j) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra, e (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer, e (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.
- Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Disponibilidades

	2019	2018
Caixa	283	595
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	93.535	39.832
Total	93.818	40.427

b) Aplicações no mercado aberto

Vencimento	2019	2018		
Até 30 dias	229.999	2.654.995		

c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	2019	2018
Até 30 dias	2.055	2.061
De 31 a 90 dias	2.425	2.433
De 91 a 360 dias	969	-
Acima de 360 dias	-	909
Total	5.449	5.403

d) Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	2019	2018		
Até 30 dias	262.998	170.871		

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	2019										
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado					
Títulos disponíveis para venda	6.743	3.413.283	1.300.266	4.720.292	4.719.848	4.720.291					
Carteira própria (*)	136	616.994	432.132	1.049.262	1.049.168	1.049.262					
Letras Financeiras Tesouro	136	616.994	432.132	1.049.262	1.049.168	1.049.262					
Vinculados a operações compromissadas	6.607	2.758.304	866.071	3.630.982	3.630.632	3.630.982					
Letras Financeiras Tesouro	6.607	2.758.304	866.071	3.630.982	3.630.632	3.630.982					
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	37.985	2.062	40.047	40.047	40.047					
Letras Financeiras Tesouro	-	37.985	2.062	40.047	40.047	40.047					
Títulos mantidos até o vencimento	-		81.088	81.088	81.088	81.088					
Carteira própria	-	-	81.088	81.088	81.088	81.088					
Cotas - FIDC	-	-	81.088	81.088	81.088	81.088					
Total	6.743	3.413.282	1.381.354	4.801.379	4.800.936	4.801.379					

^(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

^(**) O saldo contábil inclui R\$ 25.651 referente margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 13.956 referente processos judiciais e R\$ 440 referente outras garantias.

		2	2018			
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos disponíveis para						
venda	145.539	-	7.336.931	7.482.470	7.478.770	7.482.470
Carteira própria (*)	44.274	-	665.119	709.393	709.214	709.393
Letras Financeiras Tesouro	44.274	-	665.119	709.393	709.214	709.393
Vinculados a operações compromissadas	101.265	-	6.581.015	6.682.280	6.678.756	6.682.280
Letras Financeiras Tesouro	101.265	-	6.581.015	6.682.280	6.678.756	6.682.280
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-	90.797	90.797	90.800	90.797
Letras Financeiras Tesouro	-	-	90.797	90.797	90.800	90.797
Títulos mantidos até o vencimento	-	15.190	1.710.557	1.725.747	1.725.747	1.764.522
Carteira própria	-	15.190	1.214.048	1.229.238	1.229.238	1.255.571
Debêntures	-	15.190	-	15.190	15.190	15.181
Cotas - FIDC	-	-	44.709	44.709	44.709	44.709
Global Bonds	-		1.169.339	1.169.339	1.169.339	1.195.681
Vinculados a operações compromissadas	-	-	496.509	496.509	496.509	508.951

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total	145.539	15.190	9.047.488	9.208.217	9.204.517	9.246.992
Global Bonds	-	_	496.509	496.509	496.509	508.951

^(*) Distribuição de prazos efetuado com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço, Debêntures com base na última negociação divulgada pela ANBIMA, Global Bonds com base no mercado secundário (Bloomberg) e o das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

c) Reclassificação de categoria dos títulos e valores mobiliários

Diante do recente processo de reestruturação dos negócios do Banco onde, dentre outros resultados, espera-se o crescimento dos ativos de crédito, bem como a proximidade do vencimento de dívidas subordinadas, em junho de 2019 o Banco reclassificou títulos mantidos até o vencimento no montante de R\$ 1.813.505 para a categoria disponível para venda e, posteriormente, no segundo semestre de 2019, realizou a venda desses títulos registrando lucro de R\$ 171.413.

6. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Política de utilização

Em função da Regra de Paul *Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter hedge. Durante o exercício o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes sempre protegidas por hedge, bem como faz uso de derivativos para fazer hedge de suas exposições a preços e taxas de juros da carteira banking. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado decorrentes dos descasamentos de ativos e passivos do Conglomerado.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de *Swap*, NDF (termo) e Mercado Futuro para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e

^(**) O saldo inclui R\$ 77.213 referente margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 13.170 referente processos judiciais e R\$ 414 referente outras garantias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Financeira), e os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do fair value hedge dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do hedge é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do hedge contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge com o objetivo de garantir uma efetividade do hedge no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação a mercado do layer protegido, objeto de hedge designado e a variação a mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2019 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking* e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- Futuros e Termo: cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2019), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2019 apresentam as seguintes características:

			Valor de referência				
			Posição	líquida de co	ontratos Ativos	e (Passivos)	
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total	
Contratos de Swap							
Mercado Interfinanceiro	7.446	2.130	83.471	(132.377)	(19.977)	(68.883)	
Moeda Estrangeira	405.673	7.374	(187.454)	97.838	19.977	(69.639)	
Pré	3.479	1.371	103.983	34.539	-	138.522	
Subtotal	416.598	10.875	-	-	-	-	
Ajuste ao Valor de Mercado	8.288	243	-	-	-	-	
Total	<u>424.886</u>	<u>11.118</u>	-	-	-	-	
Contratos de Termo/NDF							
Compra de Termo/NDF	60	3.541	53.978	66.747	7.029	127.754	
Venda de Termo/NDF	179	231	(26.231)	(28.864)	-	(55.095)	
Subtotal	239	3.772	-	-	-	-	
Total	<u>425.125</u>	14.890	-	-	-	-	
Contratos Futuros (*)							
Compra – Mercado Interfinanceiro	4	1	-	75.575	10.896	86.471	
Venda – Mercado Interfinanceiro	9	753	(96.998)	(783.356)	(1.007.887)	(1.888.241)	
Compra – DDI – Cupom Cambial	_	1.697	173.774	81.114	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	254.888	
Venda – DDI – Cupom Cambial	418		-	(49.746)	(9.752)	(59.498)	
Compra – Moeda Estrangeira		4.493	-	659.681	-	659.681	
Venda – Moeda Estrangeira	5.725	1	-	(848.814)	-	(848.814)	
Total	<u>6.156</u>	6.945	-	_	-	-	

^(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2018 apresentam as seguintes características:

				Valor de referência				
			Posição	o líquida de co	ontratos Ativos	e (Passivos)		
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total		
Contratos de Swap								
Mercado Interfinanceiro	8.692	2.959	6.618	(491.081)	(229.525)	(713.988)		
Moeda Estrangeira	425.962	18.178	(6.618)	464.708	229.525	687.615		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Pré	624	_	-	26.373	_	26.373
Subtotal	435.278	<u>21.137</u>	-	-		-
Ajuste ao Valor de Mercado	9.682	(167)	-	-	1	-
Total	444.960	20.970	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF						
Compra de Termo/NDF	2	59	1.237	1.258	-	2.495
Venda de Termo/NDF	540	934	(5.203)	(33.942)	-	(39.145)
Subtotal	<u>542</u>	<u>993</u>	-	-	-	•
Total	445.502	<u>21.963</u>	-	-		•
Contratos Futuros (*)						
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	575	(176.913)	(586.063)	(1.407.997)	(2.170.973)
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	4.607	11.619	1.334.355	-	1.345.974
Compra – Moeda Estrangeira	-	28	6.788		-	6.788
Venda – Moeda Estrangeira	5.218	-	(1.285.584)	-	-	(1.285.584)
Total	<u>5.218</u>	<u>5.210</u>	-	-	-	-

^(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações de "swap" e "NDF" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de "mercado futuro" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

		2019	9	2018		
Título	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
L.F.T	01/09/2020	25.651	25.651	77.213	77.213	

g) Hedge accounting

g.1) Captação no exterior

A partir do exercício de 2015, com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura como *hedge accounting* de valor justo. No segundo semestre de 2019 o objeto de *hedge* foi liquidado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

g.2) Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detem portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas préfixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de valor justo registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2019 Objeto de Hedge Instrumento de Hedge

	Valor Curva				Variação no valor	
Risco de Taxa de Juros			Valor da Inefetividade	Valor Nominal		
Hedge de Operações de Credito	1.337.367	1.439.810	10.331	1.660.140	92.112	
Total	1.337.367	1.439.810	10.331	1.660.140	92.112	

2018 Objeto de Hedge Instrumento de Hedge
Valor Curva Valor Justo Variação no

	Valor	Curva	Valor Justo				Variação no
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Valor da Inefetividade	Valor Nominal	valor reconhecido no resultado
Hedge de Operações de							
Crédito	1.822.671	-	1.919.155	-	6.704	2.034.038	89.781
Hedge de Captações CCB	_	1.767.532	_	1.769.087	753	1.774.204	802
Total	1.822.671	1.767.532	1.919.155	1.769.087	7.457	3.808.242	90.583

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	2019	2018
Capital de giro e descontos	3.086.220	3.381.989
Crédito pessoal consignado	2.553.281	1.965.708
Financiamentos à exportação	2.056.261	1.676.341
Financiamentos rurais e agroindustriais	521.873	345.856
Financiamentos à importação	310.159	131.995
Financiamentos de veículos	65.079	139.426
Operações de crédito vinculadas à cessão (*)	-	-
Outros	122.153	146.584
Operações de crédito	<u>8.715.026</u>	<u>7.787.899</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	1.491.412	1.082.121
Títulos e créditos a receber (nota 10)	214.464	134.419
Devedores por compra de valores e bens (nota 10)	54.807	81.137

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Fianças honradas	16.789	1.026
Outros créditos	1.777.472	1.298.703
Operações de arrendamento mercantil	88.748	43.498
Total	10.581.246	9.130.100

^(*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio".

b) Diversificação por setor de atividade

	2019	2018
Setor Privado	7.924.450	6.960.127
Outros serviços	2.409.898	3.158.192
Indústria	3.328.507	2.517.991
Comércio	1.958.223	1.214.488
Agronegócio	227.822	69.456
Pessoas físicas	2.656.796	2.169.973
Total	<u>10.581.246</u>	<u>9.130.100</u>

c) Diversificação por prazos - por parcela

	2019	%	2018	%
Setor Privado				
Até 03 meses	2.539.028	24,00	2.047.019	22,42
De 03 meses até 01 ano	3.818.834	36,09	2.581.476	28,27
Acima de 01 ano	4.099.258	38,74	4.396.079	48,15
Vencidos a partir de 15 dias	124.126	1,17	105.526	1,16
Total	10.581.246	100,00	9.130.100	100,00

d) Composição da carteira por níveis de risco

	2019			2018		
Nível de risco	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
AA	3.184.922	-	30,10	2.831.030	-	31,01
Α	4.485.503	22.427	42,39	3.724.049	18.620	40,79
В	2.281.420	22.814	21,56	1.711.423	17.114	18,74
С	98.457	2.953	0,93	201.086	6.032	2,20
D	2.036	204	0,02	53.378	5.338	0,58
E	6.140	1.842	0,06	57.522	17.257	0,63
F	11.071	5.536	0,10	79.399	39.700	0,87
G	52.501	36.751	0,50	121.133	84.793	1,33

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total		459.196	, -			
Total	10.581.246	551.723	100,00	9.130.100	539.934	100,00

^(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total

e) Níveis de concentração de risco

	2019		2018	3
	R\$	%	R\$	%
10 Maiores devedores	2.046.675	19,34	2.367.243	25,93
100 Maiores devedores	6.459.576	61,05	6.299.055	68,99

f) Cessão de crédito

f.1) Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram realizadas cessões de operações de crédito, com transferência substancial dos riscos e benefícios, a pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 3.536.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizadas cessões de operações de crédito, com transferência substancial dos riscos e benefícios, a pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional. O resultado dessas cessões foi receita de R\$ 8.717. Também foram cedidas operações já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 50.

f.2) Cessão de crédito para securitizadoras de crédito (empresas não ligadas)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve cessão de crédito às empresas securitizadoras de crédito não ligadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, operações de crédito de capital de giro e outros ativos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", resultando no reconhecimento de despesa no valor de R\$ 19.730, além de operações de crédito já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 93.694. As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos.

g) Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2019	2018
Arrendamento a receber	67.133	33.973
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(67.133)	(33.973)
Bens arrendados	128.001	83.224
Superveniência de depreciação	11.929	19.173
Depreciação de bens arrendados	(36.851)	(36.773)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	3.381	4.838
Valor residual antecipado	(17.712)	(26.964)
Total carteira de arrendamento mercantil	88.748	43.498

8. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Movimentação da provisão

	2019	2018
Saldo inicial	<u>539.934</u>	<u>494.860</u>
Constituição de provisão para créditos do período	267.862	440.556
Reversão de provisão para créditos do período	(54.932)	(19.772)
Reversão de provisão sobre créditos cedidos	-	(31.297)
Subtotal	752.864	884.347
Baixas para prejuízo	(201.141)	(344.413)
Saldo final	<u>551.723</u>	<u>539.934</u>
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	51.730	75.669
Créditos renegociados	280.578	683.364
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	5,21	5,71

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2019	2018
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.484.340	1.121.565
Direitos sobre vendas de câmbio	11.719	12.247
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(2.566)	(2.470)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	13.462	20.073
Total	<u>1.506.955</u>	<u>1.151.415</u>
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	11.625	36.687
Obrigações por compras de câmbio	1.484.093	1.069.325
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.477.950)	(1.062.048)
Valores em moeda estrangeira a pagar	-	32
Total	<u>17.768</u>	<u>43.996</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2019	2018
Devedores por depósitos em garantia (nota 22d)	443.444	433.948
Títulos e créditos a receber (*)	226.244	144.333
Devedores por compra de bens a prazo (nota 7a)	54.807	81.137
Tributos a compensar e recuperar	47.045	49.887
Pagamentos a ressarcir	31.429	28.552
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao Banco Central	640	4.789
Adiantamentos e antecipações salariais	793	1.258
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	50	62
Devedores diversos – país	19.340	19.534
Total	823.792	<u>763.500</u>

^(*) Inclui no Múltiplo e no Consolidado, valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações com característica de crédito no montante de R\$ 213.845 (Dezembro/18 – R\$ 133.630) conforme nota 7a. Contempla também R\$ 7.028 (Dezembro/18 – R\$ 5.661) a receber dos órgãos públicos referentes repasse de crédito consignado, todos classificados como operações sem característica de operações de crédito.

11. OUTROS VALORES E BENS

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	2019	2018
Imóveis	351.306	371.062
Máquinas e equipamentos	27.114	27.122
Veículos e afins	13.559	11.271
Material em estoque	91	74
Outros	629	743
Subtotal	392.699	410.272
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(157.382)	(163.059)
Total	<u>235.317</u>	247.213

12. ATIVO PERMANENTE

a) Imobilizado de uso

	Cu	Custo		Provisão para perda		Depreciação Acumulada		Valor líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Terrenos	107	107	-	-	-	-	107	107	
Edificações	88.793	88.473	_	_	(60.033)	(51,208)	28.760	37.265	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Máquinas e equipamentos de uso	15.353	15.312	(1.121)	(1.132)	(10.995)	(10.240)	3.237	3.940
Sistema de processamento de dados	10.323	10.124	(15)	(15)	(9.879)	(9.786)	429	323
Sistema de transporte	842	994	1	-	(842)	(954)	-	40
Sistema de comunicação	2.326	2.323	(326)	(326)	(1.462)	(1.329)	538	668
Sistema de segurança	1.456	1.455	(47)	(46)	(1.131)	(1.013)	278	397
Total	119.200	118.788	(1.509)	(1.519)	(84.342)	(74.530)	33.349	42.739

b) Ativos intangíveis

b.1) Classe dos ativos intangíveis – Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	Custo		Amort acum	-	Valor líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Softwares	23.068	21.372	(20.176)	(17.380)	2.892	3.992
Ágio (*)	105.190	105.190	(100.807)	(90.288)	4.383	14.902
Total	128.258	126.562	(120.983)	(107.668)	7.275	18.894

b.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	2018	Adições/ Baixas	Amortização	2019
Softwares	3.992	1.692	(2.792)	2.892
Ágio (*)	14.902	-	(10.519)	4.383
Total	18.894	1.692	(13.311)	7.275

	2017	Adições/ Baixas	Amortização	2018
Softwares	4.892	2.206	(3.106)	3.992
Ágio (*)	25.421	1	(10.519)	14.902
Total	30.313	2.206	(13.625)	18.894

^(*) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação. O prazo de realização do ágio é de 10 anos, amortizado de forma linear pelo mesmo período.

13. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam patrimônio líquido de R\$ 844.958 (Dezembro/18 – R\$ 498.936) e ativos totais de R\$ 4.979.499 (Dezembro/18 – R\$ 6.093.261).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (p	assivos)	Receitas / (despesas)	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades em moedas estrangeiras	16.680	9.388	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	16.680	9.388	-	-
Cotas de Fundo de Investimentos	81.088	44.709	3.880	1.700
FIDC Brasilfactors (b)	81.088	44.709	3.880	1.700
Depósitos à vista	(660)	(605)		
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(2)	(605) (2)	-	
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(161)	(106)		
Brasilfactors S.A. (f)	(101)	(2)	-	
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(169)	(36)		
Pessoal-chave da Administração (c)	(327)	(565)		
	(021)	(000)		
Depósitos a prazo	(209.218)	(176.965)	(10.921)	(10.982)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(748)	(727)	(43)	(46)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(386)	(8.401)	(155)	(672)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1.653)	(1.613)	(94)	(102)
Brasilfactors S.A. (f)	(219)	(116)	(9)	(18)
FIDC Brasilfactors (b)	(10.669)	(3.684)	(475)	(619)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(195.222)	(168.463)	(10.127)	(10.153)
Pessoal-chave da Administração (c)	(321)	(2.362)	(18)	(44)
Operações compromissadas	(6.578)	(3.535)	(1.063)	(17)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(6.578)	(3.535)	(1.063)	(17)
LCA	(3.537)	(6.597)	(125)	(397)
Pessoal-chave da Administração (c)	(3.537)	(6.597)	(125)	(397)
LCI	(1.850)	(697)	(80)	(17)
Pessoal-chave da Administração (c)	(1.850)	(697)	(80)	(17)
NDF	535	(689)	282	1.861
Brasilfactors S.A. (f)	535	(689)	282	1.861
Obrigações por empréstimos	(3.812.733)	(5.779.755)	(176.637)	(1.176.811)
China Construction Bank Corporation (d)	(3.812.733)	(5.779.755)	(176.637)	(1.176.811)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas direta
- (b) Controladas e Coligadas indireta
- (c) Pessoal Chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior
- (e) Controladora direta
- (f) Controlada em conjunto (joint venture)

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As operações compromissadas são valorizadas a 100% do CDI e possuem vencimento em 28 de fevereiro de 2020 com lastro de até 03 meses (Dezembro/18 – até 02 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 95,6% do CDI (Dezembro/18 – 96%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Dezembro/18 – até 02 anos). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 95,4% do CDI (Dezembro/18 – 96%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Dezembro/18 – em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 91,77% do CDI (Dezembro/18 – 101% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Dezembro/18 – em até 02 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 3,14% a.a. (Dezembro/18 – 3,40% a.a.) e variação cambial, com vencimento final em até 07 anos (Dezembro/18 – em até 08 anos).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2019 e 2018, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de prejuízo líquido.

b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	2019	2018
Remuneração fixa	14.458	16.831
Outros	912	1.059
Total	15.370	<u>17.890</u>

b.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

15. DEPÓSITOS

Distribuição por prazos de vencimento

					2019
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	86.583	-	-	2.977	89.560
Até 03 meses	-	456.183	143.323	-	599.506
De 03 meses a 01 ano	-	1.417.360	179.133	-	1.596.493
De 01 a 03 anos	-	1.285.495	17.772	1	1.303.267
De 03 a 05 anos	-	1.307	-	-	1.307
Total	86.583	3.160.345	340.228	2.977	3.590.133

^(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 534.335, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

					2018
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	84.318	-	-	3.241	87.559
Até 03 meses	-	229.344	28.133	-	257.477
De 03 meses a 01 ano	-	1.076.599	77.804	-	1.154.403
De 01 a 03 anos	-	1.616.965	27.678	-	1.644.643
Total	84.318	2.922.908	133.615	3.241	3.144.082

^(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 1.329.809, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE LETRAS EMITIDAS

a) Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação de janeiro até agosto de 2020 (Dezembro/18 - 02 de janeiro de 2019, 12 de junho de 2019 e 28 de fevereiro de 2020), lastreados por LFT com vencimento até setembro de 2022 (Dezembro/18 - até setembro de 2022).

b) Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, Letras Financeiras – LF e Letras de Crédito Imobiliário – LCI, assim distribuídos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2019			2019				2018	
Vencimento	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF			
Até 03 meses	12.934	203.658	22.553	23.617	162.201	2.276			
De 03 meses a 01 ano	8.345	373.095	404.588	18.326	400.218	137.971			
De 01 a 03 anos	703	33.545	327.484	2.839	41.604	401.686			
Total	21.982	610.298	754.625	44.782	604.023	541.933			

17. EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,06% a.a. (Dezembro/18 – 3,41% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

	2019		2018	
Vencimento	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	606.076	13,25	2.209.441	32,44
De 03 meses a 01 ano	3.897.279	85,20	4.472.505	65,67
De 01 a 03 anos	45.967	1,01	67.815	1,00
De 03 a 05 anos	21.067	0,46	42.497	0,62
Acima de 05 anos	3.667	0,08	18.248	0,27
Total	4.574.056	100,00	6.810.506	100,00

Em Dezembro/19 as operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas ("covenants"), são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantêm os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores.

O Banco possui operações de empréstimos efetuados junto a sua matriz na China no valor total de R\$ 3.812.733 (Dezembro/18 – R\$ 5.779.755), com vencimento final em até 8 anos, renováveis automaticamente, de acordo com a necessidade de liquidez do Conglomerado CCB Brasil.

Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

- I vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;
- II subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;
- III remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;
- IV compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;
- V prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

VI - postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada, e

VII - não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Desta forma, visando apresentar a melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, a Administração retificou o saldo do grupo "Empréstimos no Exterior" pelo montante de R\$ 449.492 (Dezembro/18 – R\$ 398.589), sendo R\$ 50.903 (Dezembro/18 – R\$ 246.345) em contrapartida ao resultado do período, com base na piora da qualidade de crédito dos ativos vinculados, além do valor de realização das garantias obtidas em cada operação.

Em 31 de dezembro de 2019 o montante das captações vinculadas a operações ativas é de R\$ 501.709 (Dezembro/18 – R\$ 558.095), e o saldo das operações ativas é de R\$ 473.046 (Dezembro/18 – R\$ 543.558), sendo que R\$ 291.483 (Dezembro/18 – R\$ 66.689), estão representados por créditos que apresentam parcela vencida há mais de 1 dia.

18. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até outubro de 2021 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2019	2018
Provisão para imposto de renda diferido (nota 25c)	372.938	312.505
Impostos e contribuições a recolher	15.541	13.864
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	13.280	621
Total	401.759	326.990

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2019	2018
Provisão para passivos classificados como perda provável (*)	988.278	872.032
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 28)	13.101	63.079
Credores diversos – país	63.860	37.567
Credores por antecipação de valores residuais	17.712	26.964
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	420	7.237
Valores a pagar a sociedades ligadas	103	-
Provisão para pagamentos a efetuar	37.517	47.330
Outros	15.616	-
Total	1.136.607	1.054.209

^(*) Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis e fiscais (nota 21).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

21. PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente.

b) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 557.244 (Dezembro/18 – R\$ 539.751): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 31.381 (Dezembro/18 – R\$ 30.136).

PIS x Lei nº 9.718/98 — valor envolvido R\$ 88.503 (Dezembro/18 — R\$ 85.731): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 106.393 (Dezembro/18 — R\$ 94.781).

PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 – valor envolvido R\$ 18.925 (Dezembro/18 – R\$ 18.275): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no artigo 44º da Lei nº 4.506/64, no artigo 12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no artigo 226º do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 – valor envolvido R\$ 1.336 (Dezembro/18 – R\$ 1.272): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Processos trabalhistas

O Conglomerado possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 86.757 (Dezembro/18 – R\$ 58.884). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista especifica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Processos cíveis

O Conglomerado possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 235.513 (Dezembro/18 – R\$ 168.119). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

c) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 – valor envolvido R\$ 23.094 (Dezembro/18 – R\$ 21.707): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacifica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD / 94 – valor envolvido R\$ 26.357 (Dezembro/18 – R\$ 25.525): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43°, § 4°, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior – valor envolvido R\$ 14.229 (Dezembro/18 – R\$ 13.803): pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares n.º 2.269/92 e n.º 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRPJ / 2008 – valor envolvido R\$ 20.071 (Dezembro/18 – R\$ 19.268): aguardando homologação da adesão ao parcelamento da Lei nº 12.996/14 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA – Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33 da Lei nº 13.043/14) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/ CSLL).

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 124.376 (Dezembro/18 – R\$ 118.835): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7°, XI, da Constituição Federal e art. 28°, § 9°, da Lei nº 8.212/91.

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 168.154 (Dezembro/18 – R\$ 88.567): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – valor envolvido R\$ 1.485 (Dezembro/18 – R\$ 1.439): CCB Brasil como responsável solidário, pleiteia a desconstituição de lançamento do suposto débito de IRRF/ IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

Dedutibilidade da Despesa de PLR da Base de Cálculo da CSLL – valor envolvido R\$ 1.978 (Dezembro/18 – R\$ 2.251): pleiteia a desconstituição de lançamento da glosa da despesa com pagamento de Participação nos Lucros aos Administradores, no ano calendário de 2012, que reduziu a base de cálculo negativa de CSLL no período, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 7.689/88.

IOF sobre Cessão de Crédito – valor envolvido R\$ 2.578 (Dezembro/18 – R\$ -): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/07.

Compensação Não Homologada - valor envolvido R\$ 4.388 (Dezembro/18 – R\$3.298): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

Processos trabalhistas

No Conglomerado existem processos, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 12.019 (Dezembro/18 – R\$ 8.319). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista especifica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Conglomerado possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 229.628 (Dezembro/18 – R\$ 306.414). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

d) Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	2018	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2019
Cíveis	168.119	85.235	(18.373)	12.094	(11.562)	235.513
Trabalhistas	58.884	6.470	(4.249)	30.430	(4.778)	86.757
Subtotal	227.003	91.705	(22.622)	42.524	(16.340)	322.270
Fiscais e previdenciárias	2018	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2019
PIS – Receita Bruta Operacional – EC nº 10/96	18.275	-	-	650	-	18.925

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total	872.032	91.705	(22.622)	<u>63.503</u>	(16.340)	<u>988.278</u>
Subtotal	645.029	-	-	20.979	-	666.008
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.272	-	-	64	-	1.336
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	539.751	-	-	17.493	-	557.244
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	85.731	-	-	2.772	-	88.503

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros Créditos - Diversos), o montante de R\$ 109.055 – processos Cíveis, R\$ 22.775 – processos Trabalhistas e R\$ 311.613 – processos Fiscais.

Descrição	2017	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2018
Cíveis (*)	71.006	103.435	(14.418)	33.524	(25.428)	168.119
Trabalhistas	45.608	11.678	(6.426)	9.778	(1.754)	58.884
Subtotal	116.614	115.113	(20.844)	43.302	(27.182)	227.003
Fiscais e previdenciárias	2017	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2018
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	149.299	-	-	5.385	(154.684)	-
PIS – Receita Bruta Operacional – EC nº 10/96	17.583	-	-	692	-	18.275
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	82.782	-	-	2.949	-	85.731
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	521.134	-	-	18.617	-	539.751
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.199	-	_	73	-	1.272
Subtotal	771.997	-	-	27.716	(154.684)	645.029
Total	888.611	115.113	(20.844)	71.018	(181.866)	872.032

^(*) Durante o segundo semestre de 2018, o Banco reclassificou o montante de R\$ 93.445 de Provisão para garantias prestadas para Provisão para contingências cíveis, em função de discussão judicial que a classifica como perda provável (nota 28).

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 117.859 – processos Cíveis, R\$ 25.025 – processos Trabalhistas e R\$ 291.064 – processos Fiscais.

22. CAPTAÇÕES E EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

a) Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor de Emissão - Moeda original	Emissão	Venciment o	Valor de Emissão -Moeda nacional	Tx Juros (a.a.)	2019	2018
CDB	R\$	03/11/200			100% taxa		
Subordinado	200.000	9	04/11/2019	200.000	Selic	-	488.817
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/201 0	27/04/2020	529.153	8,50%	1.110.499	1.066.226
Total - Nível II PR						<u>1.110.499</u>	<u>1.555.043</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumento de dívida elegível a capital

Captação	Valor de Emissão - Moeda original	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão - Moeda nacional	Tx Juros (a.a.) 2019		2018
EMTN – ITB	US\$						
Nível II	100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	410.406	394.532
EMTN – ITB	US\$						
Nível I	70.000	29/12/2016	30/12/2021	228.025	8,00%	282.149	271.236
Total PR						<u>692.555</u>	<u>665.768</u>

23. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O capital social do Banco é de R\$ 2.956.864 (Dezembro/18 – R\$ 2.956.864) e está dividido em 465.631.466 ações nominativas (Dezembro/18 – 465.631.466), sendo 297.223.908 ordinárias (Dezembro/18 – 297.223.908) e 168.407.558 preferenciais (Dezembro/18 – 168.407.558), sem valor nominal.

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

Acionista	Participação (%)	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Tota	I
		Quantidade	Valor	Quantidade Valor		Quantidade	Valor
CCB Holding	100%	297.223.908	1.794.511	168.407.558	1.162.353	465.631.466	2.956.864

b) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2019 foram adquiridas 6.879.540 ações preferencias no montante de R\$ 58.593, deste montante, 481.022 ações foram transferidas aos administradores a título de remuneração variável nos anos de 2013 e 2014.

O custo mínimo, médio e máximo por ação foi de R\$ 6,96, R\$ 8,52 e R\$ 9,70. Não há valor de mercado para estas ações.

Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2019 corresponde a 6.398.518 ações no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/18 – R\$ 55.105).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas – o prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 12 de novembro de 2019, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que, dentre outros aspectos, estabeleceu a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de 15% para 20%, com vigência a partir de 1º de março de 2020, cujos efeitos estimados no estoque de créditos tributários registrados no Banco em 31 de dezembro de 2019 serão de R\$ 140.799, enquanto no passivo fiscal diferido será de R\$ 35.928, conforme demonstrado nos itens "a" e "c", respectivamente, desta nota explicativa. O Banco possui estoque de créditos tributários não ativados, que considerada a mudança de alíquota representou aumento de R\$ 86.333, no valor descrito no parágrafo final do item "a" desta nota explicativa.

a) Créditos tributários: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

	2018	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL) 5%	Baixa Res. nº 3.059/02	2019
<u>Descrição</u>						
Imposto de Renda						
Provisão para crédito						
de liquidação duvidosa	181.872	(12.605)	56.569	-	-	225.836
Provisão para						
desvalorização de bens						
não de uso	40.872	(2.690)	1.270	-	-	39.452
Provisão para						
contingências e outras	267.692	(72.069)	80.431	-	-	276.054
Subtotal	<u>490.436</u>	<u>(87.364)</u>	<u>138.270</u>	<u>=</u>	<u>-</u>	<u>541.342</u>
Prejuízo fiscal	217.011	(2.554)	11.338	-	(23.600)	202.195
Subtotal – Crédito						
Tributário IRPJ	<u>707.447</u>	<u>(89.918)</u>	149.608	<u>-</u>	(23.600)	743.537
Contribuição Social						
Provisão para crédito						
de liquidação duvidosa	109.123	(7.563)	33.941	39.046	_	174.547
Provisão para	100.120	(1.000)	00.011	00.010		17 1.0 17
desvalorização de bens						
não de uso	24.524	(1.615)	762	7.474	_	31.145
Provisão para		(11010)				
contingências e outras	160.616	(43.240)	48.258	53.417	-	219.051
Subtotal	294.263	(52.418)	82.961	99.937	_	424.743
Base negativa da CSLL						
acumulada	132.993	(14.060)	7.327	40.862	(17.077)	150.045
Subtotal – Crédito						
Tributário CSLL	<u>427.256</u>	(66.478)	90.288	140.799	(17.077)	574.788
Total – Crédito						
Tributário IRPJ/CSLL	<u>1.134.703</u>	(156.396)	239.896	140.799	<u>(40.677)</u>	<u>1.318.325</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2017	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL) 5%	Baixa	2018
<u>Descrição</u>						
Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	118.577	(40.220)	103.515	_	-	181.872
Provisão para desvalorização de bens não de uso	34.065	(5.366)	12.173	-	-	40.872
Provisão para contingências e outras	247.639	(61.518)	81.571	-	-	267.692
Subtotal	400.281	(107.104)	197.259	•	-	<u>490.436</u>
Prejuízo fiscal	295.316	(14.626)	-	-	(63.679)	217.011
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	695.597	(121.730)	<u>197.259</u>	-	(63.679)	<u>707.447</u>
Contribuição Social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	78.728	(28.338)	63.612	(4.879)	-	109.123
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.921	(3.261)	7.304	(440)	-	24.524
Provisão para contingências e outras	157.293	(37.096)	57.649	(17.230)	-	160.616
Subtotal	256.942	<u>(68.695)</u>	128.565	(22.549)	-	<u>294.263</u>
Base negativa da CSLL acumulada	187.587	(11.593)	-	_	(43.001)	132.993
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	444.529	(80.288)	<u>128.565</u>	(22.549)	(43.001)	<u>427.256</u>
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.140.126	(202.018)	325.824	(22.549)	(106.680)	<u>1.134.703</u>

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

			Realiza	ação dos	Créditos 1	Γributário	s				2019		2018
Ano Projetado	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029		Total	Total
Valor Projetado	86.582	168.584	176.533	179.194	100.501	52.416	59.152	67.450	70.786	357.127		1.318.325	1.134.703
Valor Presente (*)	82.656	153.641	153.590	148.836	79.690	39.677	42.745	46.532	46.619	224.534		1.018.520	794.721
% Realização	6,6%	12,8%	13,4%	13,6%	7,6%	4,0%	4,5%	5,1%	5,4%	27.0%		100,0%	

^(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução CMN nº 3.059/02.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Consoante a Resolução CMN nº 3.059/02, esta condição deixou de ser aplicável no Banco até o exercício de 2014, em decorrência da mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano.

Desta forma, a exemplo do primeiro semestre de 2017, onde o Banco já apresentava histórico de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, a Administração apresentou ao Banco Central do Brasil novo estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15 do BACEN, que resultou na aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários advindos de prejuízo fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2019, para os quais o Banco possui a expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos, bem como dar continuidade ao registro de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias apuradas na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Diante do exposto, o Banco e o Consolidado possuem créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 773.991 (Dezembro/18 – R\$ 645.305) para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante exercício de 2019 o Banco recuperou R\$ 830 (Dezembro/18 – R\$ 63.299), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 9.459 (Dezembro/18 - R\$ 25.320), foram registrados em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela Instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Crédito Presumido Constituído	2014	2015	2016	2019
Credito Presumido Constituido	78.983	107.450	194.229	380.662

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Passivo fiscal diferido

			2019			2018
	IR - 25%	CSLL - 15%	Ajuste - CSLL 5%	CSLL 20%	IR / CSLL	IR / CSLL
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	112.373	67.423	22.475	89.898	202.271	159.436
Crédito presumido – Lei nº 12.838/13	45.633	27.379	9.127	36.506	82.139	72.681
Atualização monetária de depósitos judiciais	19.257	11.555	3.810	15.365	34.622	25.427
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	2.692	1.616	516	2.132	4.824	11.575
Hedge Accounting	25.611	15.367	5.122	20.489	46.100	38.593
Superveniência de Depreciação	2.982	-	-	-	2.982	4.793
Total	208.548	123.340	<u>41.050</u>	164.390	372.938	312.505

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	20	19	2018		
Apuração	<u>IR</u>	<u>cs</u>	<u>IR</u>	<u>cs</u>	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(113.310)	(113.310)	(59.733)	(59.733)	
(-) Juros sobre o capital próprio pagos (1)	-	-	(15.343)	(15.343)	
(+) Juros sobre o capital próprio recebidos (2)	-	-	15.343	15.343	
Base de cálculo	(113.310)	(113.310)	(59.733)	(59.733)	
Adições temporárias	605.106	593.910	797.134	785.602	
Adições permanentes (3)	578.270	578.270	270.835	270.835	
Exclusões	(1.009.215)	(1.005.263)	(1.057.915)	(1.044.742)	
Lucro/(Prejuízo) Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	60.850	53.606	(49.679)	(48.038)	
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	33.613	37.119	57.872	57.872	
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	(27.129)	(27.129)	(2.208)	(2.208)	
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	67.334	63.596	5.985	7.626	
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL em 2019, e Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL em 2018	10.100	9.537	898	1.516	
Adicional de 10% de IR	6.600		528	-	
Impostos correntes	16.760	9.537	1.426	1.516	
Conciliação do resultado					
Impostos correntes	16.760	9.537	1.426	1.516	
IRRF – Exterior	(13.021)	-	-	-	
Imposto de Renda e CSLL Diferido	12.250	49.487	80.499	46.566	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(=) Provisão IR e CSLL	15.989	59.024	81.925	48.082
(+) Provisão IR e CSLL – Ajuste exercícios anteriores	-		(2.510)	(2.008)
(=) Provisão total IR e CSLL	15.989	59.024	79.415	46.074
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(138.270)	(182.898)	(197.259)	(106.016)
Constituição de crédito tributário (s/ base de cálculo negativa CSLL – diferença de alíquota 5%)	(11.338)	(48.189)	-	-
Baixa de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL). Resol. nº 3.059/02	23.600	17.078	63.679	43.001
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	87.366	52.416	107.104	68.694
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	11.012	5.602	14.626	11.593
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(27.630)	(155.991)	(11.850)	17.272
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.641)	(96.967)	67.565	63.346

- (1) A partir de 2019, nos termos da Resolução CMN nº 4.706/18, artigo 2º, os valores relativos à remuneração do capital, declarada ou proposta, devem ser reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados ou de reservas.
- (2) A partir de 2019, nos termos da Resolução CMN nº 4.706/18, artigo 4º, a remuneração de capital auferida de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, deve ser reconhecida no ativo, em contrapartida ao respectivo investimento.
- O valor das adições permanentes contempla R\$ 16.000 recebidos a título de Juros sobre Capital Próprio do CCB Brasil Arrendamento S.A..

26. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO

a) Resultado de operações de crédito

	2º Semestre 2019	2019	2018
Crédito pessoal consignado	204.651	430.336	450.979
Capital de giro e descontos	162.842	179.825	476.540
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	37.411	51.730	75.669
Financiamentos à exportação	103.240	144.465	232.656
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	7.462	19.760	47.208
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.824	18.614	14.362
Outros empréstimos e financiamentos	37.655	47.776	126.197
Total	<u>563.085</u>	892.506	1.423.611

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2019	2019	2018
Rendas de aplicações compromissadas	134.832	305.313	281.613
Resultado de títulos renda fixa	219.268	277.874	411.895

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.222	42.422	63.739
Outras operações com títulos e valores mobiliários	75.230	114.658	74.944
Total	436.552	740.267	<u>832.191</u>

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre 2019	2019	2018
Swap	93.787	84.461	334.197
Mercado futuro – dólar	10.586	43.028	(17.678)
Termo de moedas	(3.142)	(1.745)	(6.111)
Mercado futuro – DI	(22.906)	(67.174)	(81.498)
Total	<u>78.325</u>	<u>58.570</u>	228.910

d) Resultado de câmbio

	2º Semestre 2019	2019	2018
Rendas de operações de câmbio	688.797	1.162.092	1.272.898
Despesas de operações de câmbio	(552.233)	(1.008.042)	(1.069.120)
Total	<u>136.564</u>	<u>154.050</u>	203.778

e) Despesas de captação no mercado

	2º Semestre 2019	2019	2018
Operações compromissadas	133.469	302.928	276.956
Depósitos a prazo	81.503	170.028	202.299
Títulos e valores mobiliários no exterior	171.584	233.424	391.706
Depósitos interfinanceiros	5.576	9.689	20.127
Despesas de letras financeiras – LF	21.826	40.708	24.327
Despesas de letras do agronegócio - LCA	18.170	37.097	23.937
Outras	2.938	6.012	15.257
Total	435.066	799.886	<u>954.609</u>

f) Despesas com empréstimos, cessões e repasses

	2º Semestre 2019	2019	2018
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	401.968	471.412	1.238.122
Marcação a mercado - item objeto de hedge	(4.017)	(1.556)	9.141
Repasses FUNCAFÉ/BNDES	5.392	10.028	3.279
Total	403.343	479.884	1.250.542

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2019	2019	2018
Reversão de provisão empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	36.080	50.902	246.345
Recuperação de encargos e despesas	7.440	25.328	22.919
Atualização de depósito em garantia	9.718	19.105	24.316
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	2.616	5.871	-
Reversão de provisão para fiança	41.993	49.976	94.113
Outras rendas operacionais	14.533	18.812	20.920
Total	112.380	169.994	408.613

h) Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2019	2019	2018
Constituição de provisões/pagamento processos trabalhistas, cíveis e fiscais	66.454	150.606	140.368
Comissões crédito consignado	53.846	86.923	69.696
Programa de remuneração	27.191	27.191	22.292
Provisão para imparidade de outros ativos	-	1	22.013
Constituição de provisões para fiança	-	1	4.328
Taxa de processamento de crédito consignado	6.711	12.985	8.932
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	274	14.702	2.130
IOF sobre operações de câmbio próprias	68	355	730
Despesas de atualização de impostos	1	2	227
Despesas de capitação por emissão de controladas não sujeitas ao BACEN	982	1.959	1.752
Outras despesas	25.753	39.994	51.733
Total	<u>181.280</u>	<u>334.717</u>	<u>324.201</u>

i) Despesas de pessoal

	2º Semestre 2019	2019	2018
Salários	54.383	124.096	110.802
Encargos sociais	17.511	41.420	33.057
Benefícios	10.094	19.919	20.573
Honorários da diretoria	6.678	14.458	16.831
Outros	344	704	871
Total	<u>89.010</u>	200.597	182.134

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

j) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2019	2019	2018
Despesas de serviços de terceiros	16.770	35.039	42.144
Despesas de amortização e depreciação	11.650	23.473	24.129
Despesas de processamento de dados	8.910	17.943	16.808
Despesas de aluguéis e taxas	7.516	14.376	15.145
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.602	6.944	8.964
Despesas de manutenção e conservação	1.642	3.715	5.102
Despesas de transportes e viagens	1.075	2.515	2.799
Outras despesas	10.377	20.379	23.281
Total	61.542	124.384	138.372

k) Despesas tributárias

	2º Semestre 2019	2019	2018
Despesas de contribuição à COFINS	7.201	15.082	13.397
Tributos federais, estaduais e municipais	5.760	7.769	5.867
Despesas de impostos s/ serviços de			
qualquer natureza	1.305	2.433	2.445
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	1.171	2.454	2.180
Total	<u>15.437</u>	<u>27.738</u>	23.889

I) Resultado não operacional

Refere-se a resultados obtidos na venda de bens próprios, BNDU e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	2º Semestre 2019	2019	2018
Resultado na alienação de bens	(1.599)	198	(4.785)
Reversão/(Despesa) de provisão para ajuste do valor de realização de bens	3.042	5.689	(20.277)
Outros	218	506	(2.262)
Total	<u>1.661</u>	6.393	(27.324)

27. ACORDO DA BASILEIA

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 8,0% mais o adicional de capital principal de 2,50% (totalizando 10,50%) válidos para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Basileia III	
Cálculo do Índice de Basileia Prudencial	2019	2018
Patrimônio de Referência Nível I	1.449.867	1.394.175
- Capital Principal	1.167.718	1.122.939
- Bônus Perpétuo	282.149	271.236
Patrimônio de Referência Nível II	410.406	596.764
- Dívida Subordinada	410.406	596.764
Patrimônio de Referência - Prudencial	1.860.273	1.990.939
Risco de Crédito	877.746	768.548
Risco de Mercado	14.187	100.711
Risco Operacional	103.424	78.242
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	995.357	947.501
Índice de Basileia (%)	14,95	18,12
Índice de Capitalização Nível I	11,65	12,69
Índice de Capitalização Nível II	3,30	5,43

28. AVAIS E FIANÇAS PRESTADAS

a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.446.936 (Dezembro/18 - R\$ 1.558.654) e apresentam a seguinte concentração:

MÚLTIPLO E CONSOLIDADO				OLIDADO
	2019	%	2018	%
Maior tomador de fiança	225.762	15,60	214.005	13,73
10 Maiores fianças	745.859	51,55	932.312	59,81
20 Maiores fianças	949.297	65,61	1.183.023	75,90
50 Maiores fianças	1.213.587	83,87	1.466.033	94,06

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 13.101 (Dezembro/18 – R\$ 63.079), registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota 21).

b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 16.789 (Dezembro/18 – R\$ 1.026) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 7a).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

29. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centraliza o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução CMN nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e o relatório de Estrutura Gestão de Riscos que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades e seu contexto dentro do CCB Brasil.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o *CRO* – *Chief Risk Officer* como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades, testes de estresse, o "*Value-at-risk*" (incluindo testes de aderência e validações), EVE- *Economic Value of Equity e NII – Net Interest Income*.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN n° 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- Backward Looking: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do Banco.
- II. Forward Looking: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que a Instituição tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no curto e longo prazos.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3;
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados ao Comitê de Tesouraria semestralmente para tomada de ações corretivas e preventivas.

O CCB Brasil apresenta em seu Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 1.298.203 (Dezembro/18 – R\$ 7.246.134), que mesmo classificados no

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

ativo realizável a longo prazo representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, além disso, parte dos passivos circulantes, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 3.812.733 (Dezembro/18 – R\$ 5.779.755), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

2019			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	10.735.870	1.298.203	12.034.073
Passivo Circulante	(13.609.255)	3.812.733	(9.796.522)
Saldo Líquido	(2.873.385)	(2.514.530)	2.237.551

2018			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	7.818.228	7.246.134	15.064.362
Passivo Circulante	(18.258.851)	5.221.660	(13.037.191)
Saldo Líquido	(10.440.623)	2.024.474	2.027.171

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	→ O

b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	2019	2018
Aplicações no mercado aberto	229.999	2.654.995
Disponibilidades	93.818	40.427
Aplicações em moedas estrangeiras	262.998	170.871
Total	<u>586.815</u>	2.866.293

31. EVENTO SUBSEQUENTE

No primeiro semestre de 2020, visando adequar seu estoque de créditos tributários segundo a expectativa de realização fiscal destes créditos no próximos 10 anos, segundo estabelecido pela Resolução 3.059/02, o Conglomerado efetuou baixa de R\$ 46.826 referente a créditos tributários decorrentes de prejuizo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social.

Em 27 de abril de 2020, o CCB Brasil Banco Múltiplo liquidou captação efetuada em 2010 através de Eurobond no montante de US\$ 300.000, elegivel a instrumento de capital Nivel II, não tendo ocorrido impacto nos níveis de capitalização, que encerraram em 30 de abril de 2020 em 11,52% para capital Nível I e 3,79% para capital Nível II.

A Administração do Banco e do Conglomerado vem acompanhando a evolução da crise desencadeada pelo COVID-19, assim como os impactos nos mercados, especialmente a desaceleração da economia. Até o momento da divulgação destas demonstrações financeiras não identificamos aumento relevante nos pedidos de renegociação e prorrogação de operações de crédito e nos indicadores de liquidez da Instituição. Visando atender demanda por novos recursos, foram captados R\$ 600 milhões através de Letras Financeiras com Garantia junto ao Banco Central do Brasil, conforme linha disponibilizada em Maio de 2020, conforme estabelecido na Resolução CMN 4.795/2020. O Conglomerado adotou medidas de prevenção para preservar a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção da operação onde os serviços prestados não foram afetados de forma relevante. Embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos, não há evidências de que essa situação venha a alterar a estrutura de negócios.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Conselho de Administração

Presidente: Xilai Feng

Membros do Conselho: Fanggen Liu

Qiuyue Fang (exonerado em 10.01.2020)

Liping Shang

Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

Diretoria

Diretor Presidente Liping Shang

Diretores Vice-Presidente Yongdong Jiang

Zhiqiang Zhu

Diretores: Carlos José Roque

Claudio Augusto Rotolo

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado: Heraldo Gilberto de Oliveira

Membros do Comitê: Walter Mallas Machado de Barros

Daniel Joseph McQuoid

Contador Responsável Fábio José Mazzetto Said

CRC: 1SP264988/O-8